

DS

ARTIGO

ENERGIA SOLAR - LUTAMOS O BOM COMBATE

CERCA DE 75% DOS DOMICÍLIOS DO ESTADO FORAM VISITADOS

A energia elétrica é uma necessidade para todos e quem está dependente do que consome apenas das concessionárias sabem do custo altíssimo que é. Trata-se de um serviço que não se pode deixar de pagar todo mês. A alternativa para isso é buscar formas de baratear os gastos investindo em fontes renováveis, como a luz do sol. A energia solar fotovoltaica é o futuro do país. Pesquisa da BloombergNEF projeta que até 2050 32,1% da energia consumida no Brasil será dessa fonte energética. A energia hídrica corresponderá a 30,2%, seguida pelo gás natural com 14,7%, eólica com 14,2%, além das demais.

Desde 2016 vemos um aumento pelos investimentos dos consumidores para gerar a própria energia. É um investimento que em torno de 5 a 7 anos, a pessoa consegue o retorno e nunca mais pagará caro pela energia.

Mas por outro lado, também há o movimento do estado brasileiro em buscar formas de taxar o consumidor que optou pela sustentabilidade. Mas nós, do Sindicato da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica e Gás de Mato Grosso, o Sindenergia e da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica, Absolar, também estamos na defesa para evitar formas de “taxação do sol”. Batalhamos e muito pela votação da PL 2703/2022, de autoria do deputado federal Celso Rusomano, que pede recomposição dos prazos que não foram cumpridos pela Aneel e as distribuidoras a não regulamentação em relação à lei 14.300 aprovada e promulgada em 07 janeiro de 2022. O que queremos é um prazo maior para que os consumidores não sejam penalizados com a taxação de até 28% da TUSD (Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição), de forma escalonada até 2029, caso não protocolem as solicitações para os projetos de energia solar junto às concessionárias até 7 de janeiro de 2023. Caso o prazo seja estendido a julho de 2023, milhões de brasileiros poderão ter isenção até 2045.

Conseguimos vitória na Câmara Federal com 260 votos a favor e 83 contra. Estivemos no dia 14 de dezembro com o relator da matéria no Senado, o senador Carlos Fávaro, para pedir apoio à votação do PL 2703, contudo, o projeto de lei foi retirada da pauta, sem prazo para ser apreciado. Muito provavelmente não será apreciado antes de 7 de janeiro e os consumidores infelizmente serão prejudicados. Em Mato Grosso, por um tempo a concessionária de energia começou a cobrar ICMS sobre sistema de distribuição, que compõe uma parcela da tarifa de energia. Porém, foi derrubado pelo Poder Judiciário e agora não há incidência do imposto. Essa foi uma grande vitória.

Contudo, também tivemos derrotas como na Assembleia Legislativa manteve o veto do governador ao projeto de lei 897/2021, que inseria a isenção de taxas na lei nº 7098/1998, que consolida as regras do ICMS em Mato Grosso.

Assim criou uma insegurança jurídica, pois o Estado não quer desistir da tentar fazer a cobrança. O Governo Estadual recorreu às instâncias superiores buscando derrubar a decisão do Tribunal de Justiça. Estamos acompanhando e atentos! A energia solar veio para baratear os custos, é um investimento que vale a pena, ainda é uma fonte limpa. Ela precisa de incentivos e não de taxações!

Tiago Vianna é presidente do Sindenergia e coordenador da Absolar no Estado de Mato Grosso

JORNAL DIÁRIO DA SERRA

Propriedade da AJOTA

ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA

CNPJ: 29.464.235/0001-16

Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque Mansões 78302-028 Tangará da Serra-MT

ISSN 22386467

REDAÇÃO

DIREÇÃO DE JORNALISMO

Fabiola Tormes

CONTATO

ds@diariodaserra.com.br

Envie Pautas, Fotos Sugestões e Vídeos para o whatsapp do

DIÁRIO DA SERRA

(65) 3326-4724

www.diariodaserra.com.br

www.ds.jor.br

TIRAGEM

1 MIL EXEMPLARES

CIRCULAÇÃO

Tangará da Serra, Nova Olímpia, Barra do Bugres, Porto Estrela, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Denise, Arenópolis, Nortelândia e Santo Afonso.

CENTRAL DO ASSINANTE

(65)3326.6501

DEPARTAMENTO COMERCIAL

PUBLICIDADE ASSINATURA

PUBLICIDADE LEGAL

Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA

SERVIÇOS GRÁFICOS

E. Tormes e Cia. LTDA

CNPJ: 14.048.123/0001-07

CONTATO: adm@diariodaserra.com.br

Fone: (65) 3326-4724

Diário da Serra®

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996

EDIÇÃO ON-LINE DESDE 06 DE SETEMBRO DE 1997

Endereço: Av. Tancredo Neves - 1247 W

Parque Mansões - CEP:78300-000

Tangará da Serra - MT - Brasil

www.facebook.com/jornalds

@diariodaserra

O assunto foi debatido na quarta-feira

AMM e IBGE debatem estratégias para a conclusão da contagem

Agência de Notícias AMM

Um trabalho conjunto entre os municípios e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) será realizado nas próximas semanas para consolidar o censo demográfico em Mato Grosso, visando garantir o levantamento de dados que retratem a realidade de cada cidade.

O assunto foi debatido na quarta-feira, 4, durante reunião entre o presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), Neurilan Fraga, a superintendente do IBGE, Millane Chaves, e prefeitos. Participaram do encontro os gestores de Gaúcha do Norte, Barra do Bugres, Nova Bandeirantes, Juruena, Araputanga, São José do Rio Claro e o prefeito em exercício de Nova Olímpia, Rimer de Oliveira.

O IBGE vai informar os

municípios sobre as dificuldades encontradas para avançar nos trabalhos do censo demográfico e os gestores vão comunicar o Instituto de que forma poderão auxiliar os recenseadores na realização do trabalho junto à população.

Durante a reunião, o presidente da AMM, Neurilan Fraga, apresentou a contestação da contagem realizada até o final de dezembro, visto que alguns gestores municipais relataram que parte da população não foi recenseada, considerando o número insuficiente de pesquisadores, a quantidade de domicílios fechados, entre outros fatores. “Solicitamos o levantamento do número real de habitante em cada município e questionamos o TCU que não tem considerado a Lei Complementar 165 que prevê que, enquanto não tiver um censo realizado, os números considerados deverão ser aqueles dos anos anteriores”, explicou.

Os números que o IBGE encaminhou para o TCU, segundo Neurilan, são os principais parâmetros utilizados para a distribuição

dos recursos do Fundo de Participação do Municípios (FPM). Com isso, muitos municípios poderão ser prejudicados com o desencontro de informação sobre a realidade da população.

De acordo com levantamento da equipe técnica da AMM, municípios de várias regiões vão apresentar perdas financeiras significativas, caso os dados demográficos não sejam revistos, como Juruena (R\$ 7,3 milhões), Cotriguaçu (7,6 milhões) e Rosário Oeste (R\$ 3,6 milhões). “A situação é muito preocupante. Em municípios como Cotriguaçu, Juruena e Nova Bandeirantes, os prefeitos terão muita dificuldade para manter o atendimento essencial nas áreas da saúde, educação e ação social, sem contar que não terão condições de fazer investimentos em infraestrutura urbana e rural por conta da situação caótica que viverão nesse ano”, frisou o presidente da AMM.

Durante a reunião, ficou definido que os municípios mais prejudicados entrarão com uma contestação no prazo de 30 dias.

Sinop (199.698) e Sorriso (117.605) são os maiores municípios de Mato Grosso. Tangará da Serra (100.784), Primavera do Leste (93.263), Cáceres (92.639), Lucas do Rio Verde (83.770) e Barra do Garças (68.975) completam o ranking do top 10. Já Araguaína (998), Serra Nova Dourada (1.792), Ponte Branca (1.887), Indaiavá (1.918) e Reserva do Cabaçal (2.046) são os menores municípios do estado em população.

“A prefeitura de cada município é um parceiro determinante”, afirma IBGE

Agência de Notícias AMM

Para a superintendente do IBGE em Mato Grosso, Millane Chaves, é um direito dos prefeitos em contestar e ressaltou que o censo no estado ainda está em andamento, com cerca de 75% realizado. Ela falou sobre as dificuldades que o instituto enfrenta para a conclusão da pesquisa, como a contratação de pessoas. “A prefeitura de cada